

Professor-psicopedagogo: o que este profissional faz na escola

Caroline Andrea Pottker

Universidade Estadual de Maringá – PR

Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Universidade Estadual de Maringá - PR

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar o porquê da presença do professor-psicopedagogo nas escolas e qual a função que este desempenha dentro delas, bem como, suas implicações no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, foram entrevistados dez professores-psicopedagogos, pertencentes a cinco escolas localizadas no Estado do Paraná. Os resultados apontaram que o cargo de professor-psicopedagogo foi ocupado por professores que tinham o título de especialista em Psicopedagogia, os quais passaram a realizar avaliações psicopedagógicas dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Segundo a maioria desses profissionais, uma de suas funções constitui-se em auxiliar o professor que apresenta em sala de aula alunos com dificuldades de aprendizagem, assim como tentar compreender o porquê de estes alunos não estarem aprendendo, sobretudo, ajudá-los na reversão desta problemática. Concluímos que a atuação deste profissional nestas escolas pouco tem contribuído para resolução das dificuldades de aprendizagem, pois centram-se no indivíduo e não no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Professores, psicopedagogia, psicologia histórico-cultural.

Teacher-psycho pedagogists: what makes this professional school?

Abstract

In this study we aim at identifying the reason for the presence of the psychologist-educator in schools and what role he or she plays at school. We also investigate the implications that his or her presence brings for the teaching-learning process. For this purpose, we interviewed ten teacher-psychologists, belonging to Five schools located in the state of Paraná. The results showed that the position of psychologist-teacher was occupied by teachers who had the title of specialist in Educational Psychology. They began offering psychopedagogical assessments of students with learning difficulties. According to the most of these professionals, one of or her/his functions is to help the teacher in a classroom which has students with learning difficulties and try to understand why these students are not learning, and above all, help them reverse this problem. We conclude that the performance of this professional in schools has contributed little to solving the problems in the educational process. The problem is that they focus on the individual and not in the teaching-learning process.

Keywords: Teachers, psychopedagogy, historic-cultural psychology.

Profesor-psicopedagogo: ¿qué hace este profesional en la escuela?

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo identificar el porqué de la presencia del profesor-psicopedagogo en las escuelas y cuál es la función que este desempeña dentro de los establecimientos escolares, así como cuáles son sus repercusiones en el proceso enseñanza-aprendizaje. Se entrevistaron diez profesores-psicopedagogos, pertenecientes a cinco escuelas localizadas en el Estado de Paraná. Los resultados mostraron que el cargo de profesor-psicopedagogo era ocupado por profesores que tenían el título de especialista en Psicopedagogía que pasaron a realizar evaluaciones psicopedagógicas de los alumnos con dificultades de aprendizaje. De acuerdo con la mayoría de estos profesionales una de sus funciones consiste en auxiliar al profesor en cuya aula hay alumnos con dificultades de aprendizaje, así como tratar de comprender por qué estos alumnos no están aprendiendo y, sobretudo, ayudarlos a solucionar esta problemática. Se concluyó que la actuación de este profesional en estas escuelas ha contribuido poco para la resolución de los problemas en el proceso de escolarización y que se mantiene la condición de centralidad en el individuo y no en el proceso enseñanza-aprendizaje.

Palabras Clave: Profesores; Psicopedagogía; Psicología histórico-Cultural.

Introdução

A escola é considerada uma instituição importante para o desenvolvimento das potencialidades das crianças, no entanto, de forma significativa, neste espaço, há crianças apresentando dificuldades de aprendizagem. Segundo Siqueira e Giannetti (2011), vem crescendo o número dessas crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem nas escolas. Os mesmos autores destacam que em torno de 15% a 20% das crianças no início da escolarização apresentam dificuldade de aprendizagem.

Os problemas relacionados às dificuldades de aprendizagem são reflexos de como a escola vem sendo concebida na sociedade atual. Na sociedade capitalista a escola tem a função de transmitir às pessoas certas competências e habilidades para que elas atuem competitivamente num mercado de trabalho altamente seletivo e restrito. Para este sistema, o tipo de escola que faz sentido é aquela que “[...] reproduz as relações do capital, as relações de desigualdade” (Facci, 2009, p. 126).

Dessa forma, segundo Bock (2000), a escola precisa preparar o seu aluno para competir por um emprego, tornando presente na escola o individualismo, cabendo então ao aluno se apropriar ou não dos conhecimentos científicos que lhe são transmitidos. Assim, ele depende de suas capacidades para atingir o sucesso ou fracasso.

A partir destes pressupostos da sociedade atual, os profissionais que atuam na área da Educação vão sendo conduzidos, segundo Eidt (2004), a uma prática profissional técnica, baseada em métodos e teorias que visam ao desenvolvimento do homem, à redução de seu sofrimento ou à promoção de seu autoconhecimento, elementos que são necessários à sua adaptação à sociedade.

Os indivíduos que não se adaptam a essa sociedade são excluídos, então precisam ajustar-se a ela para poderem ser reincluídos. As escolas, instituições sociais imersas neste modelo de sociedade, também reproduzem essa ideologia, e assim o aluno que não se adapta a esse tipo de escola não consegue aprender e acaba excluído. Para se ajustar ao sistema da escola ele precisa ir em busca de um profissional especializado que o ajude a se adequar às exigências do meio educacional.

Na maioria das vezes, o professor na escola é o primeiro a identificar os alunos com problemas na aprendizagem, e assim é geralmente ele quem os encaminha a profissionais especializados. Além deles, orientadores pedagógicos, coordenadores pedagógicos e diretores também têm encaminhado alunos a profissionais especializados como psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, psiquiatras e outros.

Estes profissionais, por sua vez, realizam o processo diagnóstico que engloba diferentes avaliações, no intuito de compreender o porquê de esse aluno não aprender. Assim, os problemas escolares são considerados individuais e subjetivos, centrando-se no aluno todas as suas justificativas. Responsabilizar o aluno por seu sucesso ou fracasso faz parte do ideário capitalista, o qual passa a ilusão de que

tudo depende do indivíduo, havendo uma naturalização das diferenças individuais. Para Zonta (2011), as ideias hegemônicas de que existem “naturalmente” pessoas menos e mais capazes, fundadas em preconceitos de todos os tipos (raciais, étnicos, etc.), ignoram que as desigualdades sociais resultam da existência de classes sociais antagônicas e assim as convertem em diferenças e deficiências individuais.

Dessa forma, cada vez mais psicólogos, fonoaudiólogos e médicos têm sido procurados em clínicas e instituições educacionais para atuar de alguma forma com crianças e adolescentes que são encaminhados pela escola ou pela família por apresentarem dificuldades de aprendizagem ou de comportamento. Estes encaminhamentos para profissionais de saúde, conforme Boarini (1998), constituem a prática histórica e polêmica de “psicologizar” e “medicalizar” os problemas escolares. Estes profissionais, muitas vezes, buscam enquadrar a criança com o problema numa categoria que reforça a crença de que ela, a criança, seria a responsável pelo fracasso escolar, e assim acabam patologizando o processo ensino-aprendizagem e o indivíduo é considerado o culpado pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando-se totalmente o contexto histórico e social. É preciso entender que a escola está inserida numa sociedade burguesa e, como tal, tem um caráter ideológico utilitarista, ou seja, está a serviço da classe dominante, relegando às camadas pobres uma educação elementar e técnica, que seja suficiente apenas para a sua sobrevivência. A socialização dos conhecimentos é realizada de forma desigual e contraditória, pois vivemos em uma sociedade de classes, que privilegia o individual e a propriedade privada, e assim favorece aqueles que têm capital para adquirir o conhecimento cultural produzido pela humanidade. Dessa forma, o fracasso escolar é resultado de uma sociedade capitalista que não permite a todos o acesso ao conhecimento.

Para que os profissionais que atuam na área da Educação tenham condições de desenvolver um trabalho que venha a romper com a produção do fracasso escolar, Facci (2009) argumenta que precisam ter clareza sobre sua função na escola, levando em conta a sociedade de classes em que todos estão inseridos, assim como ter fundamentos teóricos consistentes para compreender — “[...] a relação ensino-aprendizagem e o trabalho do professor para o desenvolvimento psicológico dos alunos” (Facci, 2009, p. 109).

Para romper com a patologização do processo ensino-aprendizagem é necessário um amplo esforço teórico que consiga produzir fundamentos condizentes com uma compreensão crítica do desenvolvimento humano, colocando-o na história concreta dos homens e da sociedade. Neste sentido, este estudo defende e expõe alguns fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural considerados como perspectiva teórica crítica¹, os quais podem contribuir na compreensão dos processos educativos como uma visão que vá além das concepções individualizantes, patologizantes e psicologizantes das dificuldades de aprendizagem.

Neste cenário, outro profissional que tem sido requisitado com muita frequência para atender as crianças com

1 Consideradas teorias críticas por Meira (2003).

dificuldades de aprendizagem é o psicopedagogo. Este profissional, por ter cursado uma especialização em psicopedagogia, passa a se autodenominar psicopedagogo e atuar em clínicas e em escolas. Consideramos importante destacar que no Brasil a Psicopedagogia constitui-se em um curso de especialização, e não de graduação, que pode ser cursado por qualquer profissional graduado nas mais diversas áreas e obter o título de especialista em Psicopedagogia. A Psicopedagogia não é uma profissão reconhecida legalmente.

Mesmo não sendo o psicopedagogo um profissional que tenha um reconhecimento legal, pode-se detectar que os psicopedagogos estão atuando profissionalmente em escolas públicas de um município do Oeste do Paraná, junto à equipe da escola, ocupando um cargo denominado de professor-psicopedagogo². Neste contexto, o objetivo deste artigo é identificar o porquê deste profissional nas escolas e a função que desempenha nesse ambiente, bem como as implicações disto no processo ensino-aprendizagem.

Método

A organização dos dados foi feita com base nas entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa. Estes dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977), é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens” (p.34). Cabe frisar que, dentre as várias técnicas da análise de conteúdo, a análise categorial foi a empregada para trabalhar com as informações das entrevistas. A análise categorial é compreendida por Bardin (1977) como uma análise que funciona por operações de desmembramento do texto em unidades ou categorias, fazendo reagrupamentos analógicos. Para classificar os elementos em categorias foi preciso identificar o que eles têm em comum que permite seu agrupamento.

Participantes

Participaram desta pesquisa dez professores-psicopedagogos que atuam em cinco escolas públicas de um município do Oeste do Paraná. Cada escola tem um professor-psicopedagogo por período, ou seja, um no período matutino e um no vespertino.

Quanto ao sexo, nove participantes eram do sexo feminino e um do sexo masculino, situando-se todos na faixa etária de 20 a 60 anos, a saber: dois estavam na faixa de 20 e 30 anos; dois tinham idades entre 31 e 40 anos; três tinham entre 41 e 50 anos; e três, entre 51 e 60 anos. Em relação ao grau de escolaridade, todos tinham curso superior, sendo que cinco tinham graduação apenas em Pedagogia, um era graduado em Pedagogia e Filosofia, um em Letras,

² No presente texto será utilizado o termo professor-psicopedagogo e não psicopedagogo, por ser aquele o termo usado no Projeto de Psicopedagogia do município pesquisado.

um no curso Normal Superior, um em Filosofia e um em Pedagogia, Letras e Filosofia. Desses, nove professores-psicopedagogos fizeram especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, e apenas um fez especialização em Psicopedagogia Institucional. Além disso, a maioria dos entrevistados tinha outros cursos de pós-graduação. No que se refere ao tempo de experiência profissional, seis participantes já tinham entre um e dez anos e quatro trabalhavam nesta área por tempos que iam de 11 a 20 anos.

Para se manter o sigilo das identidades dos participantes, estes serão referidos pela letra “P” seguida de um número que corresponde a uma ordem eventual estabelecida pela pesquisadora (P1 – participante 1) e assim sucessivamente.

Material

Os materiais utilizados para a realização da pesquisa foram os seguintes:

- **Documento de Anuência da Escola**, elaborado e entregue na Secretaria de Educação, solicitando a autorização da Secretária de Educação (apêndice 1);
- **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, documento que foi apresentado aos participantes para que tivessem conhecimento dos objetivos da pesquisa e o assinassem, demonstrando assim sua concordância em participar da pesquisa (apêndice 2);
- **Ficha de identificação dos participantes** - apresentada aos participantes com a solicitação de que preenchessem as informações sobre idade, sexo, experiência e formação acadêmica (apêndice 3);
- **Ficha de caracterização da instituição** - utilizada para obter informações sobre as instituições participantes da pesquisa, como número de alunos e de funcionários, quadro de funcionários e respectivas funções (apêndice 4);
- **Roteiro da entrevista**, elaborado pela autora com cinco itens, os quais foram respondidos pelos participantes da pesquisa (apêndice 5);
- **Gravador**, que foi utilizado durante a entrevista, com a permissão do entrevistado.

Procedimentos

Em um primeiro momento foi feito contato com a Secretária Municipal de Educação, em que esta, em conformidade com outros funcionários, especificou as cinco escolas que poderiam fazer parte da pesquisa. Não foram explicitadas à pesquisadora os critérios adotados pela Secretaria de

Educação para escolher estas escolas; este aspecto não foi explorado no momento da pesquisa. Neste contato, foram feitas as apresentações e a explicação dos objetivos e do desenvolvimento da pesquisa, como também foram esclarecidos os aspectos éticos envolvidos, como sigilo quanto aos dados levantados e o tratamento desses dados. A secretária de Educação assinou um documento de autorização para realizar a pesquisa e foi-lhe informado que este documento seria encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, juntamente com o projeto de pesquisa, para aprovação.

Após a aprovação do Comitê de Ética, foi feito contato por telefone com os participantes do estudo (professores-*psicopedagogos*) no seu próprio local de trabalho, solicitando sua participação na pesquisa.

A partir da anuência dos participantes em conceder a entrevista, foram combinados com os professores-*psicopedagogos* o dia, a hora e o local para a coleta de dados. Antes da entrevista, cada participante leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual trazia explicações sobre o uso do gravador, a garantia do sigilo em relação à identificação do participante, a voluntariedade da participação e a possibilidade de a qualquer momento poderem desistir de participar, e sobre o conteúdo da entrevista. Em seguida, foi preenchida a ficha de identificação e então foi iniciada a entrevista semiestruturada, que foi gravada e posteriormente transcrita.

Resultados e discussões

Os dados foram categorizados, apresentados em tabelas e analisados/discutidos com a utilização do referencial teórico exposto na introdução deste artigo, abrangendo os itens “Compreensão acerca dos motivos que levaram o professor-*psicopedagogo* a fazer parte da equipe de trabalho da escola” e “Compreensão acerca da função desse profissional na escola” e respectivas categorias, explicitadas a seguir.

1. Compreensão acerca dos motivos que levaram o professor-*psicopedagogo* a fazer parte da equipe de trabalho da escola

Os dados apresentados na tabela 1 mostram que os motivos que levaram à contratação de professor-*psicopedagogo* para atuar nas escolas foram: *aumento da demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem*, com 36,3%; e *a necessidade de um profissional para realizar avaliação de alunos com dificuldades de aprendizagem*, com 22,7% das respostas dos participantes.

Este resultado mostra que o professor-*psicopedagogo* passou a fazer parte da equipe da escola, principalmente, pela necessidade de um profissional que pudesse atuar diante das dificuldades de aprendizagem, pois, segundo informações dos participantes da pesquisa, era alto o número

de alunos que estavam apresentando dificuldades de aprendizagem, muitos dos quais já tinham várias reprovações e outros chegaram a evadir-se da escola, como pode ser observado na seguinte fala: “[...] *eu acredito que a demanda, principalmente, ou inicialmente foi pela questão das dificuldades de aprendizagem, o fracasso escolar*” (P2).

Cumprido destacar que os participantes da pesquisa informaram que o cargo de professor-*psicopedagogo* é ocupado por professores com especialização em *Psicopedagogia* que já faziam parte do quadro de funcionários das escolas municipais e foram afastados das salas de aula para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem. O cargo que exerciam inicialmente na escola, isto é, o de professor, oferece-lhes condições para desenvolver um trabalho dentro da sala de aula que busque o sucesso do aluno em sua aprendizagem acadêmica.

De acordo com o seguinte relato de um dos participantes: “[...] *o meu salário é o mesmo de um professor regente eu não tenho nada a mais, [...] Mesmo tendo a especialização, a gente não tem nenhuma gratificação pela função que exerce, que é a Psicopedagogia mesmo*” (P10), fica claro que o fato de ter uma especialização em *Psicopedagogia* não altera o valor do salário desse profissional nem propicia uma gratificação específica, pois este cargo não consta nos editais de concursos públicos deste município, de modo que este profissional é registrado na prefeitura como professor.

Por outro lado, o fato de as escolas se preocuparem com o alto índice de crianças que vinham apresentando dificuldades de aprendizagem tem seu mérito, tendo-se em vista que muitos municípios/escolas pouco investem na tentativa de solucionar ou minimizar estes problemas; no entanto, consideramos necessário registrar a nossa discordância com o fato de um profissional ser designado para atuar com esta demanda na escola – o *psicopedagogo* – ou seja, o especialista em *Psicopedagogia*. A crítica refere-se ao fato de o professor ser retirado da sala de aula em que estava atuando por ter a especialização em *Psicopedagogia* e passar a exercer outra função na escola que não mais a de professor.

Em nosso entendimento, esses especialistas - alguns dos quais não têm formação em *Psicologia* nem em *Pedagogia* -, além de não terem os conhecimentos específicos destas duas grandes áreas, estão exercendo uma função que não é reconhecida como profissão. Entre os entrevistados há graduados dos cursos de *Pedagogia*, *Filosofia*, *Letras* e *Normal Superior*. As graduações que estão mais relacionadas com esta especialização, em nossa compreensão, são as de *Psicologia* e *Pedagogia*.

Dessa forma, concordamos com o representante dos pedagogos, Prof. Roberto Siqueira Reis, à época, presidente do Sindicato Nacional dos Pedagogos, o qual, na audiência pública em Brasília (2000), quando os *psicopedagogos* defendiam a regulamentação da profissão, posicionou-se contrário à regulamentação da carreira de *psicopedagogo*, e “lamentou a abertura encontrada nos cursos de *psicopedagogia* para profissionais advindos de outras áreas de

Tabela 1. Compreensão acerca dos motivos que levaram o professor- psicopedagogo a fazer parte da equipe de trabalho da escola.

Categorias	F	%
1.1 Aumento da demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem	8	36,3%
1.2 Necessidade de um profissional para realizar avaliação de alunos com dificuldades de aprendizagem	5	22,7%
1.3 Necessidade da presença de um profissional na escola que trabalhe com dificuldades de aprendizagem das crianças	3	13,6%
1.4 A necessidade de um profissional que faça um trabalho mais significativo do que o professor da sala de reforço	3	13,6%
1.5 Pensar o interior da escola, quem aprende e quem ensina	1	4,5%
1.6 Aumento das demandas de encaminhamentos de crianças com dificuldades de aprendizagem para o serviço de Saúde Mental do município	1	4,5%
1.7 Não responderam	1	4,5%
Total	22	100%

Nota: As porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

formação que não sejam Psicologia e Pedagogia, enfatizando a ausência de um possível embasamento educacional” (Peres, 2007, p.43-44).

Merece destaque a categoria “Aumento da demanda de encaminhamentos de crianças com dificuldades de aprendizagem para o serviço de Saúde Mental do município”, em sobre a qual houve a seguinte fala “[...] *lá na Saúde Mental não tava mais suportando a demanda*” (P1). Com isso, constata-se que este tipo de serviço não estava conseguindo atender à demanda, sendo necessário buscar uma alternativa para resolver ou minimizar o problema. As falas dos participantes deste estudo deixaram claro que a solução encontrada foi criar/inventar a figura do professor-psicopedagogo e a este passar a responsabilidade de resolver as dificuldades de aprendizagem. O que ocorreu foi o deslocamento dos problemas neste processo, do serviço de Saúde Mental do município para as escolas, colocando um profissional que pudesse fazer uma primeira avaliação das crianças e, posteriormente, encaminhá-las aos demais profissionais que trabalham no serviço de Saúde Mental. Dessa forma, era necessário um profissional dentro da escola para realizar a avaliação psicopedagógica das crianças.

Segundo os entrevistados, quando se criou o cargo de professor-psicopedagogo nas escolas - o que ocorreu no ano de 2002 -, este tinha como função primordial fazer avaliações psicopedagógicas, que era a principal atividade desenvolvida pelo professor-psicopedagogo neste período, pois havia muitas crianças com dificuldades escolares, como pode ser observado nesta fala: “[...] *os primeiros anos a gente se ocupou com a avaliação dos alunos com dificuldade de aprendizagem*” (P9); mas nos últimos quatro anos,

de acordo com os participantes, o foco, que antes era a avaliação psicopedagógica numa clínica de psicopedagogia, passou a ser a psicopedagogia institucional, e mesmo assim eles continuam realizando avaliação psicoeducacional.

Autores como Bossa (2000) e Weiss (2008) escrevem sobre a atuação do psicopedagogo nas avaliações. Segundo Weiss (2008), a avaliação é uma investigação para identificar os desvios e obstáculos básicos do modelo de aprendizagem do sujeito que o impedem de crescer na aprendizagem dentro do modelo esperado pelo meio social. É um processo que permite ao profissional investigar e levantar hipóteses provisórias que serão ou não confirmadas ao longo do processo, recorrendo-se para isso a conhecimentos práticos e teóricos. Esta investigação permanece durante todo o trabalho diagnóstico através de intervenções e da “escuta psicopedagógica”, para que “se possam decifrar os processos que dão sentido ao observado e norteiam a intervenção” (Bossa, 2000, p. 24).

Com estes apontamentos de teóricos da Psicopedagogia, como pode ser observado, os psicopedagogos são “autorizados” a fazer avaliação, passando então esta a ser uma atividade que eles também podem desempenhar. Neste contexto fica o questionamento: estaria o psicopedagogo de fato habilitado para fazer avaliações psicopedagógicas? Como visto, a avaliação psicopedagógica é um processo complexo e exige conhecimento de duas grandes áreas, Psicologia e Pedagogia, conhecimento que certamente os psicopedagogos não adquiriram num curso de especialização de 360 horas.

Consideramos necessário destacar ainda a categoria *Aumento da demanda de crianças com dificuldades*

de aprendizagem, porque as falas de alguns participantes centram as explicações das dificuldades de aprendizagem no próprio aluno, como pode ser visto neste excerto: “[...] surgiu a necessidade de se averiguar o porquê as crianças estavam com dificuldade, tinha que procurar saber por que essa criança tá com dificuldade, [...] que fatores internos podem estar causando dificuldade na criança”(P8).

A compreensão destes profissionais sobre o processo ensino-aprendizagem pode ser notada pelo modo como entendem as dificuldades de aprendizagem e como realizam a avaliação psicopedagógica. Nestas falas, fica explícito que eles compreendem este processo de forma unilateral, isto é, retiram o professor do processo, centrando-se no aluno.

Ao que parece, as práticas destes professores-psicopedagogos se orientam pelas ideias do Construtivismo, de Jean Piaget. A grande ênfase na teoria de Piaget está no aspecto individual, na ação do sujeito sobre o meio. Assim, o desenvolvimento psíquico parte do nível individual para o social, ou seja, é na ação do sujeito individual que o conhecimento se estrutura. Trata-se de um referencial que privilegia a construção do conhecimento pela criança nas interações que esta estabelece com o meio onde ela vive, o qual inclui a escola e os professores. Dessa forma, quando em seu processo de construção a criança não consegue alcançar o conhecimento, os professores-psicopedagogos vão investigar as razões pelas quais essa criança não aprende; no entanto, tendo por base a Psicologia Histórico-Cultural, que permite ter um olhar crítico sobre esse processo, concebemos esse processo de modo diferente, ou seja, como um processo que, como aponta Vigotski (2001), envolve a relação entre o aluno, o professor e os conceitos científicos com base nos quais o professor realiza as mediações que direcionam o aprendiz, para que o conhecimento que este não domina no momento possa ser internalizado por sua mediação. Assim o ensino adequado é o que tem em vista os conhecimentos

que a criança não consegue adquirir sozinha, mas que tem condições de obter com o auxílio de outrem ou por imitação.

Afirma Vigotski (1984) que “[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental [...] Assim o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas”. Dessa forma, o processo de escolarização engloba o conteúdo científico que a criança irá aprender e as mediações que ela receberá do professor, os quais vão resultar no desenvolvimento de suas funções psíquicas e na formação de sua consciência, sendo este o processo caracterizado por Leontiev (1978) como humanização.

2. Compreensão acerca da função desse profissional na escola

Os dados apresentados na tabela 2 mostram que as categorias que se destacam quanto à compreensão que os participantes têm sobre a função do professor-psicopedagogo na escola são: *apoiar os alunos na sua aprendizagem*, com 24,3%; e *realizar um trabalho de apoio junto aos professores*, com 21,9%. Também foram mencionadas respostas relacionadas a outras categorias, como se pode observar na mesma tabela.

Esses dados revelam que um número expressivo de professores-psicopedagogos entende que sua função na escola é apoiar os alunos na sua aprendizagem, como ilustra o fragmento a seguir: “[...] apoia a aprendizagem da criança de todas as maneiras possíveis” (P10). Para os participantes, sua atuação na instituição escolar está atrelada às dificuldades ou à não aprendizagem do aluno, o que mostra que sua atuação tem como foco compreender o porquê de estes alunos não estarem aprendendo e, sobretudo, ajudá-los na

Tabela 2. Compreensão acerca da função desse profissional na escola.

Categorias	F	%
2.1 Apoiar os alunos na sua aprendizagem	10	24,3%
2.2 Realizar um trabalho de apoio junto aos professores	9	21,9%
2.3 Compreender a escola como um todo	6	14,6%
2.4 Realizar um trabalho de Psicopedagogia Institucional	6	14,6%
2.5 Trabalhar com as famílias	5	12,1%
2.6 Trabalhar com a equipe pedagógica	3	7,3%
2.7 Contribuir com a formação continuada dos professores	1	2,4%
2.8 Participar e organizar o conselho de classe	1	2,4%
Total	41	100%

Nota: As porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

solução desse problema. Sobre este aspecto, elucidamos que estes profissionais não necessariamente precisam ser retirados da sala de aula para ter este tipo de atuação. O cargo que exerciam inicialmente na escola, isto é, o de professor, propicia-lhes – ou pelos menos deveria prociar-lhes - condições para desenvolver um trabalho dentro da sala de aula capaz de promover o sucesso do aluno em sua aprendizagem acadêmica.

Quanto à categoria *Realizar um trabalho de Psicopedagogia Institucional*, as respostas somam 14,6%. Nas falas dos participantes observamos algumas contradições, como se pode observar neste trecho: “[...] aqui a gente tem atuação institucional, até essa parte de avaliação assim você acaba entrando um pouquinho na área clínica, mas o nosso papel na escola mesmo é institucional” (P5). Primeiramente afirmam desenvolver um trabalho psicopedagógico na perspectiva institucional e em seguida asseveram também que seu trabalho abrange a área clínica.

O resgate da história da Psicopedagogia nos auxilia nesta discussão, pois apresenta dados que vão de encontro às informações obtidas com os participantes na entrevista. De acordo com Bossa (2000), a Psicopedagogia surgiu na década de 1960, pela necessidade de dar conta dos problemas de aprendizagem que estavam instalados nas escolas brasileiras e acarretavam muitas histórias de insucesso escolar por parte dos alunos. Historicamente, a Psicopedagogia foi introduzida no território brasileiro com base em modelos médicos, e foi assim que se iniciaram, nos anos de 1970, cursos de especialização em Psicopedagogia, voltados principalmente para uma atuação clínica. Atualmente os cursos de especialização em psicopedagogia têm se dividido entre as perspectivas clínicas e as institucionais, mas o que se verifica é a predominância da prática considerada clínica, como se pode ver na categoria anterior, em que é citada a realização das avaliações psicopedagógicas por parte dos participantes.

Na atuação clínica o professor- psicopedagogo entende que lhe compete o trabalho pedagógico e psicológico na escola, como se vê nesta fala: “[...] hoje a psicopedagogia se faz necessária tanto pelo trabalho pedagógico como pelo trabalho psicológico da escola como o próprio nome diz né” (P3). Isto ocorre devido um discurso defendido por teóricos da Psicopedagogia que assim a compreendem, entre os quais pode-se mencionar Scoz (1992, p.8), que afirma:

A identidade da Psicopedagogia, em nossa compreensão está ou deve ser buscada ou encontrada no seu próprio nome. Nesse sentido, toda vez que um profissional da pedagogia realiza esta ação levando em conta aspectos psicológicos nela envolvidos, comporta-se como um psicopedagogo. Por outro lado, toda vez que um profissional da psicologia realiza esta ação levando em conta aspectos pedagógicos nela envolvidos, comporta-se como um psicopedagogo.

Outra categoria que merece ênfase é *“Realizar um trabalho de apoio junto aos professores”*, com 21,9% das respostas, o que pode ser visto no seguinte trecho “[...] tá

em sala de aula fazendo observações e daí você tá trabalhando com os professores” (P2). Sobre isso, Pinto (2006) constatou que, sozinhos, os professores não dão conta dos problemas que extrapolam a sala de aula. Isto evidencia a necessidade de outros profissionais (pedagogos, psicólogos e outros etc.), que, além do apoio ao trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula, articulem esse trabalho com os demais processos educativos da escola.

Neste sentido, verificamos que a função de apoio aos professores não se refere apenas aos participantes da pesquisa, mas envolve também outros profissionais, como psicólogos e pedagogos. Segundo Maluf (1991), estes profissionais acabam por desempenhar papéis semelhantes em sua atuação. O que pode ser constatado é que psicólogos, pedagogos e psicopedagogos desempenham atividades semelhantes às dos professores, porém o que os diferencia é a instrumentalização³ que utilizam na prática dessas atividades, ou seja, a fundamentação teórica que os orienta em suas intervenções. É relevante considerar que há diferentes formas de conduzir a mesma atividade.

Neste artigo defendemos uma atuação crítica dos profissionais que trabalham na área da Educação, ou seja, uma atuação baseada na teoria da Psicologia Histórico-Cultural. Quanto ao trabalho específico com os professores, a Psicologia Histórico-Cultural explica que no processo ensino-aprendizagem ele tem um papel muito importante. “O professor, nesse sentido, deve estruturar a atividade pedagógica de tal forma que oriente o conteúdo e os ritmos de desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, ajudando a criança a guiar o seu comportamento” (Facci, 2007, p. 151). Isto significa que o professor deve atuar como mediador entre os conceitos científicos e o aluno, levando este a resolver os problemas escolares, com base nos conhecimentos da prática, e assim relacionando esses conhecimentos com as teorias expostas sobre o assunto.

Os resultados revelam que as funções desempenhadas pelos professores-psicopedagogos estão relacionadas a compreender a escola como um todo, a partir de uma psicopedagogia institucional, que busca apoiar os alunos na sua aprendizagem, apoiar o professor, promovendo sua formação continuada, e trabalhar com as famílias e participar do conselho de classe. Compreendemos que essas funções desempenhadas pelos professores-psicopedagogos são baseadas em autores da Psicopedagogia como, por exemplo, Bossa (2000). Essa autora aponta como funções do psicopedagogo orientar família, auxiliar os professores e demais profissionais nas questões pedagógicas, colaborar com a direção e, principalmente, prestar assistência ao aluno que esteja com algum tipo de dificuldade escolar. O que questionamos é a possibilidade de o curso de Psicopedagogia, de duração de apenas 360 horas, conseguir abranger essa gama de temas. Além disso, em determinado momento do curso é importante ocorrer a vinculação entre teoria e prática, mas esse curso de pós-graduação não tem estágio supervisionado.

³ Instrumentalização é o ato de instrumentalizar, que, por sua vez, significa fazer uso de um instrumento para atingir determinado fim.

Para Bossa (2000), a formação em Psicopedagogia de muitos cursos do nível de pós-graduação em Psicopedagogia do Brasil, geralmente *lato sensu*, não preparam o aluno para uma prática consistente, a qual requer grande conhecimento teórico. A mesma autora ainda alerta que é importante, em determinado momento do curso, ocorrer a vinculação entre teoria e prática, porém, na maioria das vezes essa articulação não acontece – por exemplo, há cursos que não oferecem ao aluno o estágio supervisionado.

Considerações finais

De forma sucinta, a necessidade da presença do professor-psicopedagogo nas escolas deve-se ao aumento no número de crianças que apresentavam dificuldade de aprendizagem, enquanto os serviços responsáveis por atender essa demanda estavam sobrecarregados. Com isso, criou-se o cargo de professor-psicopedagogo, o que possibilitou a entrada de um profissional para realizar a avaliação psicopedagógica destas crianças. Para isto foram designados os próprios professores das escolas deste município que possuíam a especialização em Psicopedagogia. Dessa forma, os professores com esta formação foram afastados da sala de aula, o que, em nosso entendimento, trouxe mais prejuízos do que benefícios para os alunos, uma vez que este profissional poderia estar em sala de aula, realizando um trabalho direto e cotidianamente com os alunos ao longo do ano, e não em uma intervenção esporádica.

Em nosso entendimento, a especialização em Psicopedagogia é apenas uma forma de outros profissionais com uma formação inicial em nível de graduação aperfeiçoarem seus conhecimentos. Os profissionais que buscam esse aperfeiçoamento em seus estudos podem ter uma formação inicial em qualquer área, e não necessariamente em Pedagogia ou Psicologia. A especialização em Psicopedagogia é um curso de curta duração que graduados das mais diversas áreas podem realizar, mesmo não havendo na área de sua graduação nenhuma disciplina que possa ser pré-requisito para realizá-la.

Os trabalhos de Dalsan (2007) e Peres (2007) confirmam que dentro das escolas brasileiras o psicopedagogo tem sido o primeiro a ser procurado no momento de contratar um profissional para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Assim, com a presença do psicopedagogo na escola, outros profissionais, como psicólogos e pedagogos escolares, não estão tendo mais espaço para atuar. Pretendemos, com este trabalho, contribuir para a desmistificação da necessidade da presença do psicopedagogo nas escolas, uma vez que a Psicopedagogia não é uma profissão reconhecida.

O que defendemos é a presença de psicólogos e pedagogos escolares, com ou sem especialização em Psicopedagogia, trabalhando com as dificuldades de aprendizagem numa perspectiva teórica crítica. Para isto sugerimos a Psicologia Histórico-cultural como subsídio para o trabalho desses profissionais.

Finalizando, podemos verificar que a atuação do professor-psicopedagogo nestas escolas centra-se no indivíduo, e não no processo ensino-aprendizagem, pois busca no aluno as explicações para os problemas escolares. Dessa forma, estes profissionais têm reforçado as concepções individualizantes e patologizantes das dificuldades de aprendizagem. Neste prisma, faz-se necessário que outras pesquisas com esta temática sejam desenvolvidas, de modo a contribuir para desmistificação de que o psicopedagogo seja um profissional capaz de atuar com a demanda de duas grandes áreas, a Psicologia e a Pedagogia.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Boarini, M. L. (1998). Indisciplina escolar e dificuldades de aprendizagem escolar: questões em debate. *Apontamentos*, 69, 1-26.
- Bock, A. M. B. (2000). As influências do Barão de Münchhausen na Psicologia da Educação. Em E. R. Tanamachi, M. Proença & L. M. Rocha (Org.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 11-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bossa, N. A. (2000). *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dalsan, J. (2007). *O enfrentamento do fracasso escolar em uma escola pública: análise crítica do cotidiano escolar*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Eidt, N. M. (2004). *Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: diagnóstico ou rotulação?*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP.
- Facci, M. G. D. (2007). Professora é verdade que ler e escrever é uma coisa fácil? – Reflexões em torno do processo ensino-aprendizagem na perspectiva vigotskiana. Em E. M. Meira & M. G. D. Facci (Org.), *Psicologia histórico-cultural: Contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação* (pp. 135-156). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Facci, M. G. D. (2009) A intervenção do Psicólogo na formação de professores: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Em C. M. M. Araújo (Org.), *Psicologia Escolar: Novos cenários e Contextos de Pesquisa, Formação e Prática* (pp. 107-131). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Maluf, M. R. (1991). Paradoxos e horizontes de uma difícil relação. *Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Psicologia Escolar*. Valinhos, SP.

- Meira, E. M. (2003). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da psicologia sócio histórica. Em: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes, *Psicologia Escolar: teorias críticas* (pp. 13-78). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Peres, M. R. (2007). *Psicopedagogia: limites e possibilidades a partir de relatos de profissionais*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.
- Pinto, U. A. (2006). *Pedagogia e Pedagogos Escolares*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Scoz, B. (1992). A identidade do psicopedagogo: formação e atuação profissional. Em B. Scoz, *Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Siqueira, C. M, Giannetti, J. G. (2011). Mau desempenho escolar: uma visão atual. *Assoc. Med. Bras*, 57(1), 78-87.
- Vigotski, L. S. (1984). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2001). *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Weiss, M. L. L. (2008). *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar* (13a ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Zonta, C. (2011). Prefácio. Em M. G. D. Facci, M. E. M. Meira & S. C. Tuleski. *A exclusão dos "incluídos": uma crítica da Psicologia da Educação a patologização e medicalização dos processos educativos*. Maringá, PR: Eduem.

Recebido em: 29/11/2012
Reformulado em: 30/08/2013
Aprovado em: 06/03/2014

Sobre as autoras

Caroline Andrea Pottker (caroline_pottker@hotmail.com)

Mestre em Psicologia.

Nilza Sanches Tessaro Leonardo (nstessaro@uem.br)

Doutora em Psicologia; Docente da Universidade Estadual de Maringá-UEM - Departamento de Psicologia.

Trabalho derivado de parte da dissertação de mestrado de Caroline Andrea Pottker, defendido em 2012, intitulada A atuação do professor-psicopedagogo na escola: suas implicações no processo de escolarização, sob orientação da professora doutora Nilza Sanches Tessaro Leonardo. Vale esclarecer que a mestranda recebeu apoio financeiro pela Capes, e o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética envolvendo Seres Humanos, após o consentimento dos diretores (e antes da realização das entrevistas). Deste modo, os dados foram trabalhados e analisados de forma a manter o anonimato, o sigilo sobre a identidade das participantes, bem como do estabelecimento e da cidade em que a pesquisa foi realizada.